



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DA CIDADE DE ARARUAMA
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

1 **Ata elaborada conforme gravação em Mídia da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Araruama,**
2 **realizada às 18:22 do dia 29 de novembro de 2021, na sala do Conselho Municipal de Saúde e por sistema de**
3 **videoconferência (aplicativo Zoom), para deliberarem sobre: 1 – Verificação de presença e existência de**
4 **“quórum” qualificado para a instalação do Colegiado Pleno; 2 – Leitura e aprovação das Atas anteriores; 3 –**
5 **Despacho E expediente; 4 – ORDEM DO DIA 4.1 – Relatório Concluso da comissão de fiscalização dos consultórios**
6 **odontológicos das Policlínicas, UBS, CIMI, UPA, PAM e Consultório Móvel; 4.2 – Presença do responsável pelo**
7 **Programa “Programa Saúde Sexual e Reprodutora na Maternidade Municipal Jacqueline Prates; 5 – ASSUNTOS**
8 **GERAIS.**

9 Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de 2021, às 18:22, na sala do Conselho Municipal de Saúde e por sistema de
10 videoconferência, foi dado início à Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Araruama, sendo abertos os trabalhos pela
11 Presidente Sra. Lucia Bedendo Vianna, que iniciou a sessão com a chamada dos presentes, cumprindo assim o item 1 –
12 **Verificação de presença e existência de “quórum” qualificado para a instalação do Colegiado Pleno;** Inicia com a
13 presença de 7 (sete) titulares e 4 (quatro) suplentes. **2 – Leitura e aprovação das Atas anteriores;** Aprovação da Ata
14 foi adiada, conforme votação, pois alguns conselheiros não a receberam em tempo hábil para apreciação; **3 – Despacho**
15 **E expediente; Ofícios Enviados: Ofício nº 119/CMS-AS/2021 para ATOS/GABIN Solicita publicação da Ata da Reunião**
16 **Ordinária, realizada em 27 de setembro de 2021, e Resolução nº 138 de 30 de Novembro de 2020, referente ao Plano**
17 **Anual de Saúde (PAS) 2021; Ofício nº 120/CMS/AR/2021 para SESAU Reitera Memorando DII/CMS/AR/2020 e, Ofício**
18 **nº 005/CMS/Ar/2021 Sobre aquisição de móveis e equipamentos para o Conselho; Ofício nº 122/CMS/AR/2021 para**
19 **SESAU Encaminha o Relatório da Comissão de Fiscalização do Conselho Municipal de Saúde de Araruama nas unidades de**
20 **saúde para verificação das equipes; Ofício nº 123/CMS-AR/2021 para SESAU/Direção PAM solicita informação dos**
21 **tipo de procedimentos executados no PAM, principalmente curativos; Ofício nº 124/CMS-AR/2021 para SESAU/HMJP**
22 **Convida para reunião com assunto em pauta sobre o Programa de Saúde Sexual e Reprodutora; Ofício nº 125/CMS-**
23 **AR/2021 para GABIN/ATOS Solicita publicação do Edital da Reunião Ordinária do dia 29 de novembro de 2021. Ofícios**
24 **Recebidos: Ofício Nº 10/2021 ADM PAM para o CMS Resposta ao Ofício nº 123/CMS-AR/2021 com relação dos**
25 **procedimentos realizados na unidade; Ofício nº 482/2021 SESAU/GABIN para CMS Informa a disponibilidade para**
26 **apreciação na plataforma DIGISUS o PAS 2022; Ofício Circular OC/CES-RJ nº 0010/2021 para CMS Informações**
27 **sobre Conferência de Saúde Mental; MEMO SESAU nº 2696/2021 para CMS Encaminha servidora para compor o**
28 **quadro de servidores do CMS; Ofício Circular nº 175/2021/SECNS/MS 1º comunicado sobre Seminário Proteção do**
29 **Trabalho. 4 – ORDEM DO DIA 4.1 – Relatório Concluso da comissão de fiscalização dos consultórios odontológicos,**
30 **da Policlínicas, UBS, CIMI, UPA, PAM e Consultório Móvel;** em virtude da presença dos convidados, o conselho votou e
31 concordou na inversão de pauta, iniciando então com o item 4.2. **4.2 – Presença do responsável pelo Programa**
32 **“Programa Saúde Sexual e Reprodutora na Maternidade Municipal Jacqueline”:** A Presidente do Conselho
33 apresenta as convidadas do HMJP (Hospital Municipal Jacqueline Prates), Sra. Sueli, Assistente Social, e Sra. Claudia,
34 enfermeira, que informam que o programa tem início nas unidades básicas de saúde, no CIMI e no HMJP. A enfermeira
35 apresenta um quadro com os quantitativos de atendimentos feitos em conjunto com as gestantes atendidas no CIMI e as
36 que se internam no HMJP, dessas gestantes as que desejam reavaliar o processo de laqueadura somente uma pequena
37 parte está dentro dos parâmetros legais para realizar a laqueadura no momento do parto, mas não conseguem realizar
38 devido a legislação, pois o hospital ainda aguarda a liberação do Estado para promover tais procedimentos. Em
39 contrapartida, é oferecido a paciente fazer uso do DIU, entre outros meios, nesse período de pós parto. Porém existe
40 uma grande falta de esclarecimento sobre o uso do DIU, causando uma recusa do uso deste método contraceptivo. São
41 realizadas reuniões em grupo, com as gestantes e parturientes para esclarecimentos, porém devido ao COVID-19, as
42 reuniões estão em menor quantidade. Os atendimentos individuais acontecem também no HMJP nas enfermarias, por
43 Assistentes Sociais e Enfermeiros, que buscam saber se as pacientes já ouviram falar ou conhecem sobre o programa
44 de saúde reprodutiva, muitas não sabem do programa ou algo sobre este assunto. Então, foi apresentando uma planilha
45 para verificação do andamento do projeto que foi elaborada em um modelo consolidado, abrangendo diversas
46 informações colhidas durante os últimos seis meses, e elaborada com o quantitativo total e os que realizaram os
47 procedimentos a Conselheira; Drª Monica, pergunta a respeito do quadro comparativo entre a quantidade total de



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DA CIDADE DE ARARUAMA
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

48 solicitação do procedimento com a quantidade de procedimentos realizados, como exemplo: julho de 2020, mais de uma,
49 dez em vinte ou uma. A conselheira, questiona a quantidade a respeito; duzentos e quarenta mulheres, aguardando para
50 fazer a laqueadura. A conselheira pede um esclarecimento sobre: Se o hospital do município não está credenciado e
51 procura entender sobre o credenciamento se ele não é contínuo. O conselheiro Pedro; esclarece esses dois pontos a
52 respeito do licenciamento. A convidada fala dos processos e das quatro etapas, exemplifica que o hospital está
53 aguardando a licença para a realizar os procedimentos. A conselheira Roseleia; pergunta sobre o planejamento familiar,
54 caso elas não saibam responder, ela vai solicitar que o Conselho solicite por ofício à Secretaria de Saúde. Primeiro, se o
55 planejamento familiar vai passar a ser feito no Hospital Jacqueline Prates ou na Saúde Coletiva. Porque, antes o
56 planejamento familiar era feito onde era o laboratório Municipal. A segunda pergunta se as cirurgias continuarão no
57 Hospital de São Vicente ou serão realizadas no Jaqueline Prates. Em tempo, ela questiona se existe alguma divulgação do
58 programa. Ao que a enfermeira Claudia responde que, a divulgação não adianta muito ser feita no HMJP, já que o
59 programa é para divulgar métodos contraceptivos e outros assuntos ligados a saúde sexual, e o hospital atende na linha
60 final do programa. A convidada informa que o programa deve ser iniciado nas UBS, policlínicas, CIMI e PAM, onde pode
61 haver a prevenção, mas que a gestante/parturiente e seu acompanhante alegam desconhecer o programa e qualquer
62 divulgação sobre o mesmo, destacando mais uma vez a necessidade dessa informação começar nas unidades básicas. A
63 conselheira Iracema destaca a importância deste tipo de programa ser mais divulgado para tentar diminuir o número de
64 famílias numerosas, que não possuem meios para seu sustento. A convidada, Sra Claudia, informa que na Saúde Coletiva
65 esse aconselhamento familiar acontece diariamente, que pode ser procurado por qualquer pessoa, sem discriminação. A
66 presidente Lúcia pergunta se esses procedimentos, que já eram realizados no Hospital Municipal Prefeito Armando da
67 Silva Carvalho (HMPASC), continuariam a ser executados lá ou se seriam direcionados ao HMJP, ao que a convidada
68 informa que até onde vai seu conhecimento, esses procedimentos serão realizados somente no HMJP. A conselheira Dra
69 Monica destaca a importância desses esclarecimentos ocorrerem já nas escolas de ensino médio, bem como nas mídias
70 eletrônicas e redes sociais. A visitante Cintia, que atua como agente comunitário de saúde, destaca que as equipes nas
71 unidades básicas de saúde mesmo estando desfalcadas, realizam tais esclarecimentos, mas que poderia ser feito um
72 serviço mais amplo se as equipes das UBS estivessem completas. O conselheiro Fábio questiona se adolescentes podem
73 fazer uso do DIU, ao que a convidada prontamente informa que não seria a melhor opção de prevenção dessa faixa etária,
74 pois demanda responsabilidade e comprometimento com exames frequentes e consultas médicas, mas para aquela
75 adolescente que já foi mãe, pode vir a ser indicado. A presidente e os conselheiros agradecem a visita das
76 representantes do HMJP, e dão como encerrado este item passando para o item 4.1. **Relatório Concluso da comissão**
77 **de fiscalização dos consultórios odontológicos, da Policlínicas, UBS, CIMI, UPA, PAM e Consultório Móvel** A
78 presidente informa que o Conselheiro Representante do CRO fez algumas observações no relatório apresentado. A
79 conselheira Dra Mônica, inicia com uma observação de que sempre que se trata de unidades básicas de saúde, o
80 problema é que o horário não é cumprido. A presidente informa que a Dra Gabriela, responsável pela Coordenação
81 Odontológica, autorizou aos dentistas no término dos atendimentos marcados, poderia ser liberado do horário, porém o
82 técnico de saúde bucal precisa cumprir a carga horária devido ao volume de serviço que precisam desempenhar. O
83 conselheiro e dentista CID inicia explicando que hoje, toda a equipe de dentistas municipais são efetivos com carga
84 horária de 20h semanais em sua maioria, e afirma que sim, o horário deve ser cumprido, válida a ideia de que a equipe
85 de saúde bucal deve ter seus horários definidos por lei mais claramente e igualado. Indica que essas fiscalizações devem
86 ocorrer com um profissional da área para definir o que está correto ou não. Novamente frisa que a exemplo de
87 dificuldade de trabalho são as luvas inadequadas (material e tamanho), ao que a conselheira Elizabete destaca o risco de
88 uma contaminação biológica e acidente de trabalho. Quanto ao PAM, ele observa que o espaço segue a orientação da
89 ANVISA, não havendo erro neste quesito; diante de tantas observações, a presidente colocou em votação, que o
90 Conselheiro Sr CID apresentasse um parecer técnico para ser anexado ao parecer da fiscalização, e então analisado os
91 reais problemas nas unidades odontológicas. A conselheira Iracema pergunta se após a fiscalização, o parecer é
92 encaminhado para o responsável com data limite para adequação dos problemas apresentados, ao que a presidente
93 informa que sim, é determinado um prazo para as devidas providências. A Dra Mônica aproveita e pede que o conselho
94 reivindique o mais rápido possível, a substituição de luvas de acordo com a necessidade (tamanhos e material) e a



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DA CIDADE DE ARARUAMA
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

95 correção no cumprimento da carga horária. A conselheira Ana Clara faz algumas observações do relatório, informa que
96 no posto de Morro Grande há somente uma pia para lavar material e higienizar as mãos; o arcondicionado do mesmo
97 posto não funciona; Informa que está havendo um desvio de função das TSB pois, quando elas não estão prestando
98 serviço em seus postos de trabalho, devem se apresentar ao PAM, porém no decorrer desta semana foram recrutadas
99 para trabalhar no Almoxarifado da Secretaria de Saúde, organizando o material da odontologia, sem apresentar uma
100 justificativa para tal, o que prejudicou o atendimento de pacientes; o PAM apresenta algumas questões estruturais como
101 cano entupido e uma possibilidade de que a caixa d'água da unidade esteja sem tampa e com detritos de aves; quanto ao
102 consultório móvel, ela supõe que seja algo político, já que ele não cumpre a função de atender a lugares de difícil
103 acesso, ficando no Centro da Cidade onde há o atendimento no PAM, e se é esta a intensão, não esta sendo exercida pois
104 o trailer não se mantém, precisa de fornecimento de água e luz, e que em certos locais isso fica muito difícil, sendo feito
105 emendas com borrachas para água e ligação de luz muito improvisadas, tornando o fornecimento de luz por exemplo,
106 muito instável, podendo danificar equipamentos como a autoclave. A Sra Cíntia pede esclarecimento do que está sendo
107 feito com a verba direcionada ao programa de saúde bucal, pelo governo federal. O dentista, sr CID informa que a verba
108 vai para a saúde básica, que deve atender as necessidades básicas para os profissionais de saúde bucal. A presidente do
109 conselho, avalia que o assunto deve aguardar o parecer do Conselheiro CID, deixando para a reunião do dia 13 de
110 dezembro, a aprovação ou não da fiscalização. A dra Mônica informa que buscará informações sobre como esta sendo
111 distribuída essa verba. Ao que a presidente Lúcia destaca que esses valores e destinos deverão ser avaliadas pela
112 Comissão de Finanças. A conselheira Elizabete pondera que o relatório poderia já ser votado, deferindo ou não, e na
113 próxima reunião seja apresentado um parecer pelo Sr Cid, ao que a Dra Mônica concorda. A sra Cíntia, aqui
114 representante dos cidadãos, expõem que esse relatório de fiscalização deveria ser aprovado para então poder cobrar as
115 melhorias do que foi encontrado. A conselheira Rosilea e o Sr Cid ponderam que deve ser encaminhado o relatório da
116 fiscalização para o responsável, com prazos compatíveis para a realização das adequações, seguindo as orientações dos
117 órgãos fiscalizadores. Por problemas técnicos, a reunião foi abruptamente finalizada, deixando em aberto a aprovação ou
118 não do relatório e sem condições de prosseguir com os tópicos. **Presenças Titulares:** *Lucia Bedendo Vianna; Fábio de*
119 *Sant'Anna Magalhães (ONLINE), Elizabete Aparecida de Oliveira (ONLINE), Márcia Brandão Wili da Silva Fanelli (ONLINE),*
120 *Iracema S. Von Uslar (ONLINE), Leonardo Pereira de Oliveira, Mônica Cardoso Domingues (ONLINE), Cid Cesar Gatti;*
121 **Presenças Suplentes.** *Thais da Silva Araújo, Ana Clara Viegas dos Santos (ONLINE), Armando José da Rocha Macedo,*
122 *Pedro Augusto Simas Bandejas (ONLINE), Rosilea Teixeira Siqueira (ONLINE). Visitantes: Cíntia (ONLINE).* E, não havendo
123 mais nada a se declarar, foi dada por encerrada a sessão às 20:29, com a lavratura da ATA feita por Marcele da Silva
124 Castro, que segue assinada pela mesma e pela Presidente Sra. Lucia Bedendo Vianna.